



## A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE POLÍTICA DE LICENCIAMENTO DE USO PARA REPOSITÓRIOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

Catarina Prestes de Carvalho ([catarinaprestes@yahoo.com.br](mailto:catarinaprestes@yahoo.com.br), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense)

Lisandra Guterres ([l.xguterres@gmail.com](mailto:l.xguterres@gmail.com), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense)

Alessandra Santos ([d.santosalessandra@gmail.com](mailto:d.santosalessandra@gmail.com), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense)

Marília Gabriela Lima ([mariliagsilvalima@hotmail.com](mailto:mariliagsilvalima@hotmail.com), EBRADI)

**RESUMO.** Este trabalho apresenta os resultados dos estudos para a elaboração dos documentos do Repositório para Educação Profissional e Tecnológica ProEdu sobre suas políticas de uso, modelos de licenciamento, cessão e concessão dos conteúdos depositados no Repositório. Para compor suas bases legais, foram desenvolvidos estudos sobre direitos autorais, segundo as leis brasileiras e internacionais e a coleta de referências nos principais repositórios de conteúdo educacional mantidos por instituições públicas nacionais. Após, definiram-se os parâmetros para a criação dos documentos do Repositório. Por fim, os resultados encontrados mostram que o conhecimento sintetizado pelo grupo e produtos resultantes, descritos neste artigo, são relevantes para os usuários que disponibilizam Recursos Educacionais Abertos no ProEdu.

**Palavras-chave:** Políticas de uso. Repositórios educacionais. Recursos Educacionais Abertos.

**ABSTRACT.** **The visibility of use licensing policies in digital educational repositories.** This work presents the results of the studies for the elaboration of the Repository for Professional and Technological Education Resources ProEdu documents on its usage policies, licensing models, assignment and concession of the contents deposited in the Repository. To compose their legal bases, studies on copyright were developed, according to Brazilian and international laws and the collection of references in the main repositories of educational content maintained by national public institutions. Afterwards, the parameters for the creation of the Repository documents were defined. Finally, the results found show that the knowledge synthesized by the group and resulting products, described in this article, are relevant for users who make Open Educational Resources available in ProEdu.

**Keywords:** Usage policies. Educational repositories. Open Educational Resources.

## 1. INTRODUÇÃO

Os repositórios institucionais (RI) surgem a partir do movimento de acesso aberto, no Brasil por ocasião do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, em 13 de setembro de 2005, lançado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Com o objetivo de facilitar o armazenamento, a recuperação e reuso das informações pertinentes a produção científica e cultural institucional, atualmente os RI são incentivados por órgãos públicos de controle como o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Controladoria Geral da União (CGU), em seu 3º Plano de Ação Nacional (2016).

Diante desse cenário, dois Projetos de Lei foram propostos para dar respaldo às iniciativas de acesso livre no Brasil, o Projeto de Lei nº 1.120/2007, que “Obriga as instituições públicas de ensino superior a construírem os repositórios institucionais para depósito do inteiro teor da produção técnico-científica do corpo discente e docente” e o Projeto de Lei nº 1.513/11, o qual estabelece que a produção intelectual direta ou indiretamente financiada por recursos públicos deva ser livremente disponibilizada, com autorização expressa do seu autor, para utilização como Recursos Educacionais Abertos (REA).

De finalidade mais específica que o RI, têm-se os Repositórios Educacionais Digitais (RED) que intencionam facilitar o compartilhamento, recuperação e reuso de recursos educacionais digitais. Neste artigo o foco recai sobre repositórios educacionais digitais ligados a esfera pública federal, responsáveis por servir como referência para o compartilhamento dos recursos educacionais de acesso livre, público e gratuito.

Nas últimas duas décadas o investimento do governo federal em diversos ministérios e autarquias oportunizaram a produção de recursos educacionais em dois amplos contextos. O primeiro voltado a produção de objetos de aprendizagem como recursos digitais para o apoio aos processos de ensino e de aprendizagem na educação pública. O segundo relacionado à oferta de cursos a distância através de amplos programas de fomento do governo federal, entre os mais populares destacam-se o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a Rede e-Tec Brasil e o sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). Tais programas de fomento permitiram a produção, com recursos públicos, de milhares de recursos educacionais digitais, e em decorrência, a estruturação de repositórios educacionais para os referidos programas, respectivamente o EduCapes, o ProEdu e o ARES UNA-SUS.

Estes repositórios podem ser acessados por públicos de características específicas. Para a finalidade deste artigo, destacam-se os papéis relativos aos docentes em busca de recursos educacionais – atividade conhecida como curadoria de conteúdos – aos autores de recursos educacionais e aos gestores institucionais que lidam com equipes de produção de materiais. Os professores em sua ação de curadoria digital na busca e seleção de recursos, precisam encontrar de forma segura as licenças de uso e suas limitações. Os autores de recursos educacionais necessitam ter clareza dos termos de cessão de direitos e autorizações para uso de imagem e voz, quando necessários. Por fim, temos os gestores educacionais, no papel de articuladores de equipes multidisciplinares de autoria, ou na gestão ou logística de impressão, distribuição e compartilhamento digital dos materiais selecionados no RED.

Os repositórios educacionais atualmente disponíveis apresentam variadas cargas de densidade informacional para seus usuários, nem sempre tratando de maneira especial o usuário leigo, seja ele docente ou estudante em sua busca de conteúdos educacionais. A equipe de

desenvolvimento do Repositório ProEdu, a partir de um *benchmarking* dos repositórios de mesma finalidade na área pública federal, explorou uma estratégia combinada de *design* amigável da interface *web* para acesso à informação relevante e simplificada, com o uso de documentos eletrônicos com edição gráfica que facilitem a compreensão sobre licenças, guias e termos de uso.

No contexto pandêmico atual as questões relacionadas ao acesso dos recursos educacionais existentes, aos direitos autorais dos mesmos, e as possibilidades reais de reuso e remixagem, para as atividades cotidianas de ensino e aprendizagem, ganharam uma importância de destaque.

Embora não seja nenhuma novidade, isso parece ter ficado mais intenso neste momento emergencial, durante a pandemia do Covid-19. E com a migração do ensino presencial para modalidades de ensino on-line estas questões ganham destaque e novos contornos de importância e complexidade. (ROCHA DE SOUZA; AMIEL, 2020, p.4).

Comunidades educacionais não adeptas da EaD ou usuárias dos materiais provenientes da modalidade da educação a distância, encontram-se agora pressionadas a ações emergenciais de curadoria de conteúdos digitais. Gestores educacionais, docentes e demais profissionais da educação podem desta forma encontrar ambiência segura nos repositórios educacionais digitais da esfera pública para a busca de materiais educacionais com chancela acadêmica e políticas de licenciamento explicitadas.

Diante da complexidade do cenário pandêmico atual no Brasil, o objetivo da pesquisa é demonstrar a possibilidade de um modelo de recomendações de licenciamento para um repositório educacional digital, no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e dos programas de fomento educacional federal, que considerem as recomendações dos padrões internacionais de licenciamento *Creative Commons* e as especificidades da Rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Com vistas a atender o objetivo da pesquisa o artigo representa as etapas realizadas:

- a) comparação das políticas de uso, licenças e termos em repositórios afins;
- b) descrição da política de licenciamento do ProEdu – Repositório para Educação Profissional e Tecnológica.

## 2. REPOSITÓRIO EDUCACIONAL DIGITAL PROEDU

De maneira ampla os repositórios digitais são identificados como “[...] sistemas de informação abertos e interoperáveis destinados à gestão da informação científica e acadêmica, capazes de armazenar arquivos de diversos formatos, constituindo-se em vias alternativas de comunicação científica e ampliação de visibilidade da produção.” (TORINO, 2017, p.94). Contudo existem repositórios com a finalidade específica de lidarem com recursos educacionais digitais, sejam eles REA ou recursos educacionais com licenças de uso mais restritas.

A facilidade de estudantes e educadores em localizar conteúdo educacional digital na Internet nem sempre se reflete na facilidade de seu reuso em outros contextos educacionais. Principalmente se o docente desejar fragmentar o recurso em pequenos blocos para que possa utilizar em diferentes situações. A ciência da computação trouxe então os aportes da programação orientada a objetos de modo a construir uma nova maneira de pensar o desenvolvimento e

de organizar a descrição, a busca e a reutilização desses materiais educacionais, através do conceito de Objetos de Aprendizagem (OAs) (BRAGA, 2014).

Apesar da facilidade de busca de conteúdos educacionais na Internet “[...] os bancos de dados mais adequados para se encontrar um OA são os repositórios especializados no armazenamento de objetos de aprendizagem ou ROA.” (BRAGA, 2014, p.35). Contudo, o Repositório para Educação Profissional e Tecnológica ProEdu contempla recursos educacionais de diversas naturezas e granularidades, incluindo pesquisas educacionais, o que nos direciona a denominá-lo no âmbito deste artigo como um repositório de recursos educacionais digitais.

O Repositório ProEdu foi construído como uma ação de suporte à Rede e-Tec Brasil na produção de material didático para os cursos técnicos, na modalidade a distância, dando sequência à política de ampliação e aperfeiçoamento das ações da Rede EPT. Inicialmente respondeu a uma demanda específica: armazenar e dar suporte à elaboração de materiais didáticos para a oferta de cursos técnicos, na modalidade a distância, segundo as matrizes curriculares do Currículo Referência (CATAPAN; KASSICK; OTERO, 2011). O repositório ProEdu está hospedado na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o que assegura a disponibilidade do serviço.

A Rede e-Tec Brasil, instituída pelo Decreto n.º 7.589 de 26/10/2011, substituiu o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil instituído pelo Decreto n.º 6.301 de 12/12/2007, tendo a finalidade de desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica na modalidade de Educação a Distância (EaD), ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País (BRASIL, 2017). Foi uma das ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que se propôs a atender às necessidades de expansão e inovação na área de Educação Profissional Técnica em nível médio, estendendo a possibilidade de formação e atualização à população que atua ou atuará no mundo do trabalho e não tem acesso a cursos presenciais.

Para atender aos desafios da Rede e-Tec e disseminar o conhecimento produzido com sua proposta, foi desenvolvido o Repositório para Educação Profissional e Tecnológica ProEdu. O ProEdu é um repositório educacional digital onde ficam armazenados e disponíveis para busca e recuperação os recursos educacionais de diferentes áreas de atuação da Rede EPT, bem como pesquisas em EaD produzidas pelas instituições que compõem a Rede e-Tec.

O Repositório ProEdu, entendido como obra intelectual em seu conjunto, é de titularidade do Ministério da Educação. O Repositório se caracteriza pelo uso de licenças públicas de conteúdo, conforme Branco Júnior (2014), nesse tipo de licença o autor determina e dá ciência aos usuários de sua obra os usos permitidos sobre ela, nos termos que lhe forem convenientes. O modelo mais recorrente de tais licenças é o *Creative Commons*. Sendo assim, no Repositório ProEdu a disponibilização do conteúdo ocorre de acordo com os termos da licença pública *Creative Commons*, exceto nos casos em que for indicado de outra forma pelo autor.

Atualmente o ProEdu é a referência para as instituições da rede pública de educação profissional e tecnológica brasileiras, sendo seus recursos educacionais pesquisas acadêmicas e materiais digitais utilizados no âmbito das modalidades presencial e a distância.

No contexto emergencial da pandemia do COVID-19, o Repositório ProEdu tem sido utilizado estrategicamente pela Rede EPT, pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC) para o

compartilhamento dos REA (CARNEIRO *et al.*, 2020), voltados ao atendimento das Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP) autorizadas com os Pareceres do CNE n.º 05/2020 e n.º 09/2020.

### 3. POLÍTICAS DE USO, LICENÇAS E TERMOS

Elaborar e disponibilizar a política que vai embasar as atividades dos distintos perfis de usuário do repositório é condição essencial ao bom desenvolvimento desse serviço (TORINO, 2017). Na política são estabelecidos aspectos que dizem respeito ao gerenciamento, acesso, uso e submissão de recursos no repositório. Assim, através deste instrumento de gestão é possível tornar claro a todos os envolvidos os preceitos adotados visando o bom funcionamento e o desenvolvimento do repositório.

De acordo com Zanin (2017), a adoção de uma política que assegure o engajamento dos atores envolvidos com o repositório REA ao Movimento do Acesso Aberto, e em conformidade com a legislação de direitos autorais, proporciona maior visibilidade ao conhecimento produzido. Todavia, Marques (2015) declara que as políticas de repositórios de acesso aberto listadas nos principais diretórios internacionais apresentam variação quanto às áreas contempladas e à maneira como são expressas. Isso torna o processo de compartilhamento complexo para todos os envolvidos.

Amiel e Soares (2015), em pesquisa que analisou 50 repositórios, observaram a mesma falta de clareza e padronização nos termos de uso dos repositórios e dos REA disponibilizados nos mesmos. No referido estudo as autoras constataram, além da complexidade gerada pela falta de uniformidade entre repositórios distintos, a ocorrência das seguintes incongruências nas páginas dos repositórios e plataformas de REA analisados: “[...] terminologia confusa, uso de ícones de licenciamento não padrão, a falta de clareza nas políticas de uso e o desalinhamento nos termos de uso entre os diferentes níveis de navegação do site.” (AMIEL; SOARES, 2015 p.48). Em atenção aos aspectos elencados e com o objetivo de propiciar consistência, coesão e clareza à comunicação sobre o licenciamento dos recursos e os termos de uso, alguns procedimentos foram adotados pela equipe do ProEdu. Para compreensão desses procedimentos, construiu-se o Quadro 1 que demonstra como seriam organizadas e disponibilizadas as informações referentes aos manuais e políticas de uso no Repositório ProEdu.

**Quadro 1 – Identificação de Termos e Licenças no Repositório ProEdu**

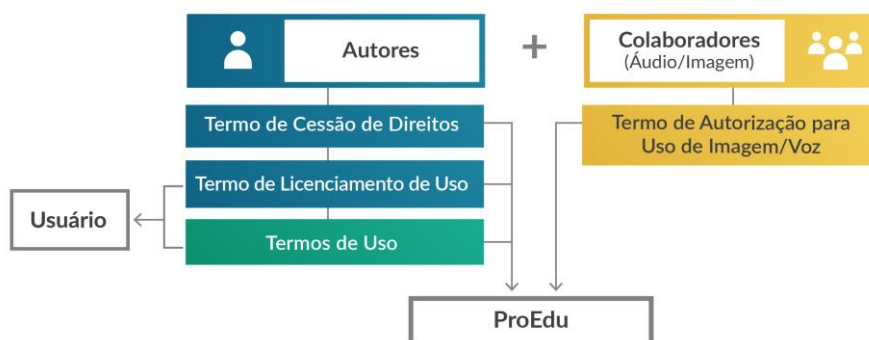
IDENTIFICAÇÃO E CONTEÚDOS	FINALIDADE
<ul style="list-style-type: none"><li>• Termo de Licenciamento de Uso</li><li>• Licenças de Uso do Conteúdo</li></ul>	Mostrar aos usuários como os recursos estão licenciados para uso.
<ul style="list-style-type: none"><li>• Termo de Uso do Repositório ProEdu</li></ul>	Explicar os termos de uso da plataforma ProEdu para os responsáveis pelo cadastramento de recursos.
<ul style="list-style-type: none"><li>• Termo de Cessão de Direitos Autorais</li><li>• Termo de Autorização - Uso de imagem, Voz e Apresentação</li></ul>	Autor cede ao MEC os direitos patrimoniais e de publicação ao ProEdu.  Demais participantes cedem os direitos ao uso da imagem, voz e apresentação do recurso produzido.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, com base na pesquisa realizada.

O Quadro 1 expressa a finalidade dos termos de licenciamento de conteúdo e de uso do Repositório ProEdu, bem como, dos termos de cessão e autorização. Dessa forma, encaminha os diferentes perfis de usuário aos documentos que devem ser respeitados.

Assim, cabe ao usuário final do ProEdu a observância aos termos disponíveis, em que constam as licenças atribuídas pelo autor ou detentor dos direitos autorais, bem como, os Termos de Uso do Repositório. Já o responsável pela submissão dos materiais precisa estar ciente dos Termos de Uso do Repositório, preencher o Termo de Licenciamento de Uso, o Termo de Cessão de Direitos Autorais e, se for o caso, o Termo de Autorização - Uso da Imagem, Voz e Apresentação. É necessário se certificar da assinatura dos devidos termos por todos os detentores dos direitos autorais. Para ilustrar e facilitar a compreensão dos termos a serem preenchidos pelo autor e demais colaboradores do projeto, elaborou-se o esquema (Figura 1) abaixo.

**Figura 1 – Termos para Autores e Colaboradores**

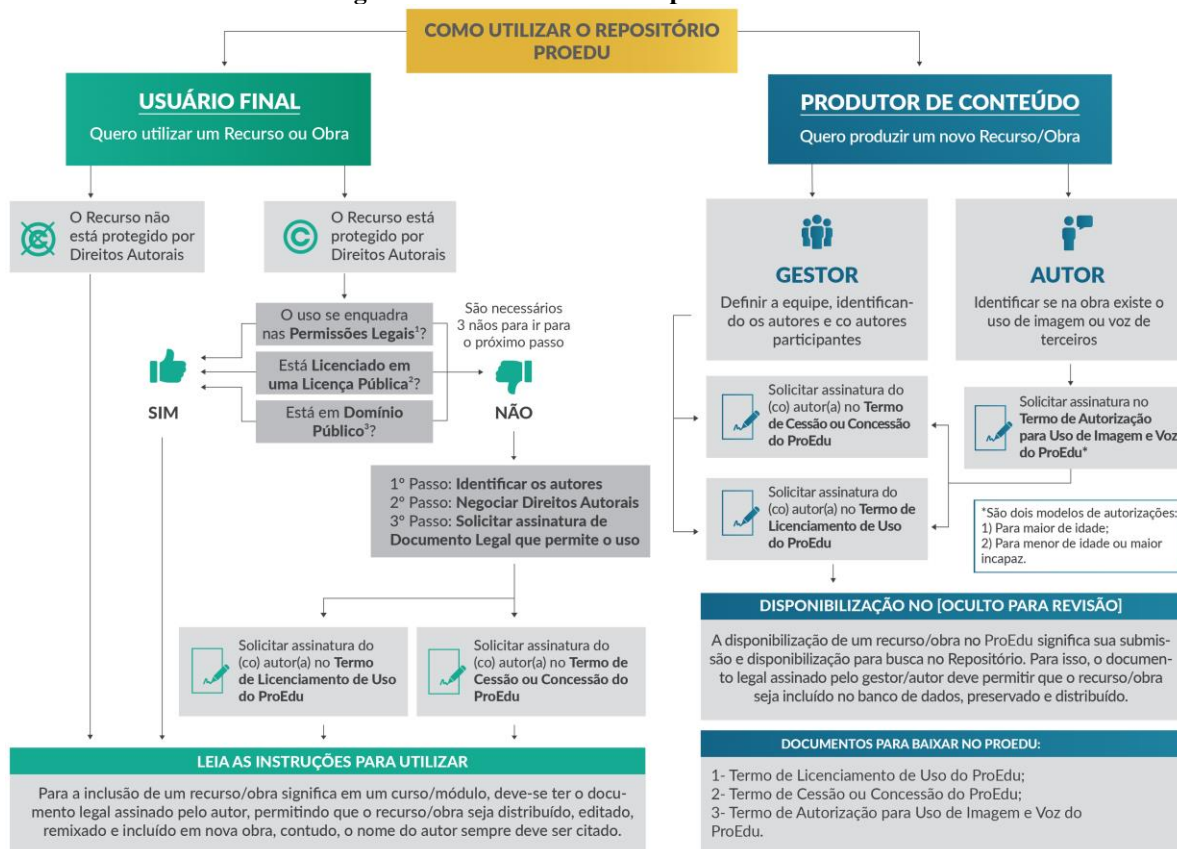


**Fonte:** Elaborado pelas autoras, com base na pesquisa realizada.

Autores inexperientes podem negligenciar a necessidade de autorização dos colaboradores indiretos que porventura tenham sua imagem ou voz registrados no recurso educacional produzido. Um exemplo clássico relaciona-se a vídeos ou fotografias que contenham alunos em seus registros. Caso não sejam aplicadas técnicas de embaçamento de imagem ou alteração de tom do áudio, torna-se indispensável os respectivos termos de autorização para uso de imagem/voz dos participantes.

A Figura 2 abaixo procura orientar o usuário dentro do seu perfil de necessidade de acesso ao Repositório ProEdu. O uso de representações gráficas tem potencial para facilitar a compreensão da comunidade acadêmica. Infográficos com uso de cores e pequenos textos orientam na avaliação das possibilidades de uso de um recurso educacionais ou, por outro lado, na compreensão do fluxo para quem deseja produzir ou coordenar equipes de produção de material.

**Figura 2 – Como utilizar o Repositório ProEdu**



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na pesquisa realizada.

As soluções visuais adotadas acima (Figura 2) para expor o conteúdo foram pautadas em aspectos do *design* da informação, objetivando a facilitação da compreensão do conteúdo pelos usuários. Sendo assim, optou-se por apresentar a informação em diferentes níveis, partindo do modo mais amplo para o mais específico e detalhado.

### 3.1 Análise das Informações aos Usuários em Outros Repositórios

Para elaborar os Termos, Manuais e Políticas de Uso do Repositório ProEdu, inicialmente foi realizado um levantamento em outras plataformas de recursos educacionais abertos (Quadro 2), vinculadas ao governo federal, com o intuito de compreender de que forma estes repositórios disponibilizavam as informações pertinentes aos manuais e políticas de uso. Nesta etapa, foram selecionados os seguintes portais para análise: ARES UNA-SUS; EduCapes, Mec Red e ProEdu.

**Quadro 2 – Análise das informações aos usuários nos repositórios semelhantes**

Repositórios	Políticas e Termos de Uso	Manuais, Guias e Orientações
ARES UNASUS	Política de desenvolvimento do acervo; Termos de uso.	Manual de preenchimento; Orientações para validação de recursos; Especificações Técnicas para recursos do tipo Backup de Moodle; Especificações Técnicas para recursos do tipo Pacote Padrão UNA-SUS (PPU); Publicação de recursos em lote.
EDUCAPES		Como faço a minha pesquisa?; Tipos de licença; Dúvidas frequentes.
MEC RED	Termos de Uso; Cadastro e segurança; Publicações de usuários; Práticas de uso e armazenamento; Privacidade da informação; Violação no sistema ou na base de dados; Sanções; Limitação de responsabilidade; Inexistência de vínculo; Como reportar violações; Modificações nos Termos de Uso; Foro.	Licença de uso do conteúdo.
PROEDU	Licenças de uso do conteúdo do ProEdu; Termo de licenciamento de uso do ProEdu; Termo de cessão de direitos autorais; Termo de Concessão de direitos autorais; Termo de autorização para uso de imagem e voz.	Áreas de Conhecimento da CAPES; Currículo Referência; Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos; Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia Guia do Usuário; Manual de Cadastramento de Recursos do ProEdu; Manual de Direitos Autorais; Manual de Gestores Institucionais no ProEdu; Manual de Produção de Recursos Educacionais Abertos.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na pesquisa realizada.

Com base neste estudo se identificou quais aspectos eram comuns aos repositórios e, a partir disso, as informações que deveriam estar presentes no Repositório ProEdu, adaptando-os às realidades existentes da plataforma.

### 3.2 Direitos Autorais em Recursos Educacionais Digitais

A Lei de Direito Autoral (LDA) é regulamentada pela Lei de número 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, através dela, é considerado autor a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica. A lei permite o oferecimento de uma determinada obra ao conhecimento do público, unicamente com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito



autoral, por qualquer forma ou processo. Além da Lei 9.610, os direitos de autor também são regulados pelos artigos do Código Civil, pela Lei Federal de número 9.609 de 19/02/1998, pela Lei de número 6.533 de 24/05/1978, pelos Decretos de número 75.699 de 29/04/1975 e 76.905 de 24/12/1975 (ABRÃO, 2002).

Porém, Segundo Mantovani, Dias e Liesenberg (2006), a atual LDA dificulta a reprodução e a modificação de obras científicas, literárias e artísticas, bem como o compartilhamento do conhecimento produzido, não obstante apenas no ponto de vista de divulgação, mas também no sentido de modificação das informações. Nesta perspectiva, Lemos (2005) afirma que o direito autoral tradicional funciona como um grande “não”, pois se alguém desejar utilizar uma determinada obra tem de pedir autorização prévia ao autor ou detentor de direitos autorais.

Segundo estudo realizado na Universidade do Minho em Portugal (PRÍNCIPE *et al.*, 2012), foi possível identificar alguns dos motivos pelos quais os autores europeus possuíam receio em depositar seus materiais em repositórios. O primeiro motivo seria o receio de violação dos direitos autorais, pelo fato de não saberem identificar quem seria o detentor dos direitos ao se realizar o depósito. Outro fator seria o desconhecimento sobre políticas de acesso aberto.

Diante das considerações acima, é relevante a criação de um Manual de Direitos Autorais, a fim de auxiliar e esclarecer eventuais dúvidas dos usuários. O Manual de Direitos Autorais do Repositório ProEdu é composto por cinco seções: Introdução; a Seção “O que são os direitos autorais?”, onde é descrito o que seria a LDA, de forma simples e gramaticalmente compreensível; na terceira e quarta seção, é explicado de quem é a autoria e como se faz o registro das obras intelectuais; na última seção, são respondidos as dúvidas mais recorrentes dos usuários através de um F.A.Q.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração dos Manuais e Políticas de Uso do Repositório para Educação Profissional e Tecnológica ProEdu foi uma etapa imprescindível para a construção do repositório, pois se entende que estes materiais são fundamentais para que o usuário compreenda: (I) Como utilizar os recursos disponíveis no repositório; (II) De que forma os materiais devem ser disponibilizados no ProEdu; (III) Quais as permissões e restrições do repositório quanto ao conteúdo; (IV) Por que se deve preencher os termos de cessão de direitos autorais e os termos de autorizações de uso de imagem e voz.

Além destes aspectos, existem outros fatores importantes para a construção deste material, como as orientações e guias para informar ao usuário como utilizar o repositório, sendo ele consumidor (alunos e professores) dos recursos online, gestor de instituições cadastradas para alimentar o ProEdu com conteúdos educacionais ou demais pesquisadores envolvidos no processo de desenvolvimento do material didático.

Por fim, os resultados deste trabalho mostram-se relevantes e fundamentais para professores autores ou equipes de produção de conteúdos e gestores de instituições de ensino que assumem a responsabilidade de disponibilizar cursos para Educação a Distância ou Ensino Híbrido, a partir de produção própria ou curadoria em repositórios, bem como, depositar sua produção em repositórios de Recursos Educacionais Abertos como o ProEdu.

## REFERÊNCIAS

ABRÃO, E. Y. **Direitos de autor e direitos conexos**. São Paulo: Ed. do Brasil, 2002.

AMIEL, T.; SOARES, T. C. Um método para auditoria de repositórios abertos com resultados da América Latina. **Anais LACLO 2015**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 46-55, 2015. Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/teste/article/view/5784>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRAGA, J. *et al.* **Objetos de Aprendizagem, volume 1: introdução e fundamentos**. Santo André: Ed. da UFABC, 2014.

BRANCO JÚNIOR, S. V. **Documento técnico: análise da lei de direitos autorais brasileira**. Brasília, DF: UNESCO; CAPES; UAB, 2014. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/analise-da-lei-de-direitos-autorais-brasileira/>. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 207, p. 3, 27 outubro 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm#art9](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm#art9). Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL.CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 1.120**, de 21 de maio de 2007. Dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352237>. Acesso em: 23 ago. 2020.

BRASIL.CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 1.513**, de 2 de junho de 2011. Dispõe sobre a política de contratação e licenciamento de obras intelectuais subvencionadas pelos entes do Poder Público e pelos entes de Direito Privado sob controle acionário de entes da administração pública. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505535>. Acesso em: 23 ago. 2020.

CARNEIRO, M. P. S. A. *et al.* **Tópico–Possibilidades legais a partir do Parecer CNE 5/2020**. Brasília, DF: Conif, 2020. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1662>. Acesso em 23 ago. 2020.

CATAPAN, A. H.; KASSICK, C. N.; OTERO, W. R. I. **Currículo Referência para o Sistema e-Tec Brasil: uma construção coletiva**. Florianópolis: PCEADIS/CNPq, 2011. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/841>. Acesso em: 23 ago 2020.

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **3º Plano de Ação Nacional**: versão em português. Brasília, DF: CGU, 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2017/3o-plano-de-acao-nacional-na-parceria-para-governo-aberto/plano\\_port\\_web-3.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2017/3o-plano-de-acao-nacional-na-parceria-para-governo-aberto/plano_port_web-3.pdf). Acesso em: 23 ago. 2020.

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. [S. l.]: IBICT, 2005. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

LEMOS, R. **Direito, tecnologia e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MANTOVANI, O.; DIAS, M. H. P.; LIESENBERG, H. Conteúdos abertos e compartilhados: novas perspectivas para a educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 257-276, jan./ abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a13v27n94.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MARQUES, M. A Schema for Open Access policies. **Jisc scholarly mmunications**, [S.l.]: Jisc, 2015. Disponível em: <https://scholarlycommunications.jiscinvolves.org/wp/2015/11/30/a-schema-for-open-access-policies/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

PRINCIPE, P. *et al.* Políticas e mandatos de Acesso Aberto: percepções dos investigadores. **ACTAS do congresso nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas**, Lisboa, n. 11, 2012. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/428>. Acesso em: 23 ago. 2020.

ROCHA DE SOUZA, A.; AMIEL, T. **Guia direito autoral e Educação Aberta e a distância: perguntas e respostas**. [S. l.]: Iniciativa Educação Aberta, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3964713>. Acesso em: 23 ago. 2020.

TORINO, E. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. In: VECHIATO, F. et al. (org.). **Repositórios digitais: teoria e prática**. Curitiba: EDUTFPR, 2017. p. 91-114. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2755>. Acesso em: 22 ago. 2020.

ZANIN, A. A. Recursos educacionais abertos e direitos autorais: análise de sítios educacionais brasileiros. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-22-71-e227174.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.